



Prefeitura Municipal de São Carlos

DEPARTAMENTO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Equipe de apoio ao Pregão Eletrônico

"São Carlos, Capital Da Tecnologia"

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2019

PROCESSO Nº 1292/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPRESSAS DE GAZE E ATADURA DE CREPE PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro do ano de 2019, às 11h00, reuniu-se na Sala de Licitações a Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico para proceder a análise do Pedido de Esclarecimento enviado por e-mail ao Departamento de Procedimentos Licitatórios pela empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA para o pregão em epígrafe.

QUESTIONAMENTOS

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2019

Referente ao Anexo IV.A.14.2 do edital, onde exige a apresentação do CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO. Informamos que na data 13/09/2018 foi publicado em Diário Oficial da União a Portaria 2.894 de 12/09/2018. _

“Artigo 1º Fica REVOGADO o inciso III do artigo 5º da Portaria nº 2.814/GM/MS, de 29 de maio de 1998, publicada no Diário Oficial da União nº 102, Seção 1, de 1º de junho de 1998, página 13, e republicada no Diário Oficial da União nº 221-E, Seção 1, de 18 de novembro de 1998, página 7”.

Portanto, de acordo com a Portaria 2.894 na compra de licitações públicas de medicamentos fica REVOGADO a exigência da apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/ produtos, emitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária.

AGUARDAMOS UMA POSIÇÃO DESSE CONCEITUADO ÓRGÃO O MAIS BREVE POSSÍVEL.

RESPOSTA SEGUNDO UNIDADE RESPONSÁVEL

Em resposta ao questionamento feito pela empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense, podemos responder que:

1 – Com a PORTARIA Nº 2.894, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018 que revoga o inciso III do art. 5º da Portaria nº 2.814/GM/MS, de 29 de maio de 1998 – esta, desobriga a exigência de CBPF para as aquisições por licitação, contudo, o medicamento continua sendo obrigatório possuir o registro da ANVISA.

2 – Desta forma, entendemos que para participantes do certame que NÃO FOREM OS FABRICANTES do medicamento licitado, NÃO É OBRIGATÓRIO possuir a CBPF, esta apenas sendo EXIGIDA DOS PARTICIPANTES do certame QUE FOREM OS FABRICANTES. E ainda, esclarecido isso, não há necessidade de alteração do edital.

Estes esclarecimentos foram encaminhados ao licitante e serão disponibilizados no portal desta Administração, para conhecimento público.

Roberto C. Rossato
Autoridade Competente

Guilherme Romano Alves
Pregoeiro

Fernando Jesus Alves de Campos
Membro